

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 34/2021

Período: 18/09/2021 – 24/09/2021 GEDES – UNESP/UNIFESP

Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

- 1- Comandante do Exército aconselhou militares para que tenham cautela nas redes sociais
- 2- Governo Bolsonaro privilegia militares na distribuição do orçamento
- 3- Militares ainda questionam anistia a Carlos Lamarca
- 4 Pesquisa indicou que brasileiros temem volta à ditadura e reprovam a atuação do Congresso Nacional em meio à crise institucional que envolveu as Forças Armadas
- 5- Crise humanitária e a presença militar na fronteira norte brasileira
- 6- Exército está entre entidades que contrataram serviços de empresas ligadas a garimpos ilegais
- 7- Uso pessoal de aeronaves da FAB
- 8- General da reserva e ex-ministros da Defesa participaram de evento para discutir frente ampla e a defesa da democracia
- 9- As controvérsias e dificuldades do projeto de construção do submarino nuclear brasileiro em parceria com a França
- 10- Os reflexos da recusa do presidente Jair Bolsonaro em cumprir a Lei de Acesso à Informação
- 11- Colunista critica gestão de Augusto Heleno no GSI
- 12- Movimento ajuda na dispensa de jovens do serviço militar obrigatório
- 13- Projeto busca capacitar soldados com cursos técnicos
- 14- Depoimento de Wagner Rosário gera tumulto na Comissão Parlamentar de Inquérito
- 15- Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos falou sobre a politização das Forças Armadas
- 16- Minissérie retratará expedição envolvendo o então coronel Cândido Rondon na Amazônia

1- <u>Comandante do Exército aconselhou militares para que tenham cautela nas redes sociais</u>

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, afirmou em um pronunciamento do dia 17/09/21 que o Exército continuará cumprindo as "missões constitucionais" e pediu para que os soldados tenham mais cuidado com as informações divulgadas nas redes sociais. Esta foi a primeira vez que o general se pronunciou desde as manifestações do dia da Independência, embora não tenha feito referência ao

presidente da República, Jair Bolsonaro. No mesmo discurso, disse que devido ao grande volume de informações, era necessário estar atento à "verdade dos fatos". Segundo o periódico, o comandante ainda fez um apelo, pedindo que os soldados confiassem em seus comandantes e chefes, que teriam autoridade e responsabilidade para transmitir informações verdadeiras e orientá-los para melhor cumprir seus deveres. Além disso, o general estimulou a tropa a "manter o foco em suas atribuições" e lembrou da "hierarquia e disciplina". Terminou seu discurso com o lema da Brigada da Infantaria Paraquedista do Exército, "Brasil acima de tudo", tomada como slogan da campanha de Bolsonaro. O jornal mencionou que o general Paulo Sérgio foi nomeado comandante do Exército após uma crise nas Forças Armadas causada por interferência de Bolsonaro, ocasião em que foram substituídos o ministro da Defesa e os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. A Folha também lembrou de duas ocasiões em que Bolsonaro tentou "politizar a instituição", a primeira quando usou a expressão "meu Exército" e a segunda quando se referiu às Forças Armadas como o "poder moderador" do país. (Folha de S. Paulo - Poder - 18/09/21)

2- Governo Bolsonaro privilegia militares na distribuição do orçamento

Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, até o final do mandato do presidente da República Jair Bolsonaro, em 2022, a série de benefícios concedidos a militares, policiais e bombeiros chegará ao valor de R\$ 27,7 bilhões. Para as Forças Armadas, houve aumento de salários e outros adicionais que custaram pelo menos R\$ 21,16 bilhões. O periódico afirmou que o Ministério da Defesa também recebeu um aumento de seu orçamento em relação a 2018 no valor de R\$ 4,79 bilhões. Ademais, Bolsonaro foi responsável por colocar os militares no centro de seu governo, como demonstrado por um levantamento do Tribunal de Contas da União que identificou nos cargos civis a presença de 6.157 integrantes das Forças Armadas, da ativa e da reserva. O jornal ressaltou que no mês de junho de 2021 a Presidência da República autorizou, em um decreto, que os militares permaneçam nesses cargos por tempo indefinido. Em maio do mesmo ano, a chamada "portaria do teto duplo" permitiu que os militares da reserva pudessem acumular seus rendimentos somados com o salário de seus cargos civis, viabilizando salários acima do teto constitucional de R\$ 39,2 mil. Alguns membros importantes da Força tiveram aumento em seus ganhos mensais, como Bolsonaro que passou de R\$ 39,3 mil para R\$ 41,6 mil, o vice-presidente e general da reserva Hamilton Mourão, de R\$ 39,3 mil para 63,5 mil mensais, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência e general da ativa Luiz Eduardo Ramos que passou a receber R\$ 66,4 mil e o Ministro da Defesa e general da ativa Walter Braga Neto que viu seus ganhos mensais chegarem em R\$ 62 mil. O periódico ainda ressaltou que, em um contexto crítico de pandemia e corte de gastos, os militares receberam um reajuste salarial garantido por lei. O Estado conversou com Bruno Carazza, cientista político e professor do Ibmec e da Fundação Dom Cabral, que afirmou que Bolsonaro passou a maior parte de sua carreira no Congresso Nacional defendendo pautas militares e que não é estranho o fato da família Bolsonaro beneficiar esse setor de quem recebeu apoio durante toda carreira política. Segundo Carazza, Bolsonaro, que não possui um partido, utilizou os militares e

os policiais para preencher os cargos em seu governo e que busca o apoio destes em 2022 para qualquer decisão que possa tomar durante as eleições. Em editorial, o *Estado* ressaltou que os benefícios concedidos aos militares advêm de uma estratégia de cooptação política, adotada por Bolsonaro, na intenção de criar relações diretas de influência. O jornal apontou, ainda, que a presença de integrantes das Forças Armadas em cargos públicos representa uma forma de subordinação do Estado aos interesses políticos do governo federal, uma vez que o contingente de militares da ativa e da reserva ocupando postos civis, atualmente, é mais que o dobro do registrado na gestão do ex-presidente Michel Temer (2016-2018). O Ministério da Saúde foi citado como exemplo pelo editorial, tendo em vista que a pasta passou a ser ocupada, em grande parte, por militares sem preparo para cumprir as funções requeridas. Como resultado, o Ministério passou a difundir "terapias pregadas pela medicina bolsonariana", contrariando recomendações da Organização Mundial da Saúde e colocando em risco a vida de milhões de brasileiros. Para o periódico, a "bolsonarização" do orçamento e da máquina estatal é uma forma perversa de privatização, que impõe elevados custos ao país. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/09/21; O Estado de S. Paulo - Opinião - 23/09/21)

3- Militares ainda questionam anistia a Carlos Lamarca

Em reportagem, o periódico O Estado de S. Paulo avaliou que militares questionam a validade da anistia concedida, em 2007, ao ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, que desertou seu posto na Força para participar da luta armada contra a ditadura militar (1964-1985). Segundo o jornal, uma lei criada no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002, permitiu o pagamento de reparação financeira para a família de perseguidos políticos. Por essa razão, até o ano de 2015, a viúva e os dois filhos de Lamarca recebiam a indenização. No entanto, pressões políticas e jurídicas suspenderam o pagamento do valor para a família. Os militares, através dos clubes Militar, da Aeronáutica e Naval, entraram com uma ação na justiça para que a família deixasse de receber tal reparação. Segundo o Estado, os advogados do Clube Militar defenderam que o ex-capitão "cometeu deserção e furto de armamento" e que seus crimes devem ser julgados pela Justiça Militar. Por outro lado, o presidente da Comissão da Anistia em 2007 afirmou que, independente do julgamento das ações de Lamarca, o Estado possui o dever de promover uma reparação. O jornal ainda lembrou que Lamarca é uma figura sempre questionada por Bolsonaro em seus discursos, em que o categoriza como terrorista que matou um tenente do Exército brasileiro em uma de suas fugas. O ministro da Justiça da época em que Lamarca recebeu a anistia afirmou que lhe foi concedida esta condição não pelos seus atos, mas em do tratamento que recebeu do Estado, quando sofreu a "punição máxima, assassinato a sangue frio". O periódico ainda lembrou do episódio de captura do ex-capitão e do sindicalista José Campos Barreto, que estavam em fuga no sertão da Bahia quando foram mortos a tiros por uma grande operação liderada pelo major Nilton Cerqueira. O irmão de Barreto, Olderico Campos, relatou ao jornal que, durante a busca pelas duas figuras, os militares espalharam muitas "fake news" para convencer os locais a lhe fornecerem alguma informação que pudesse ajudar a localizá-los. Ademais, sabendo da perseguição a ser irmão, Campos chegou a trocar tiros com os militares. Atualmente no local, as duas figuras históricas e outros membros da cidade que lutaram contra a ditadura, são homenageados no Memorial dos Mártires. (O Estado de S. Paulo - Política - 18/09/21)

4 - <u>Pesquisa indicou que brasileiros temem volta à ditadura e reprovam a atuação do Congresso Nacional em meio à crise institucional que envolveu as Forcas Armadas</u>

A Folha de S. Paulo apresentou dados de pesquisa do Datafolha, de 13 a 15/09/21, na qual foram ouvidas 3.667 pessoas com mais de 16 anos em 190 cidades. Segundo a pesquisa, que possui margem de erro de dois pontos percentuais, 51% dos entrevistados afirmaram temer uma volta à ditadura semelhante ao que ocorreu durante o regime militar de 1964 a 1985 – (um ano antes, eram 46%), 45% não acreditam no risco e 5% não souberam responder. A pesquisa foi realizada no contexto de diversas manifestações e pedidos de golpe e intervenção militar ocorridas no dia 07/09/21. Ainda de acordo com o Datafolha, 70% dos entrevistados preferem a democracia a qualquer outro tipo de governo. O periódico relembrou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, capitão reformado, é um apologista do regime militar de 1964, tendo dito que o erro da ditadura militar no Brasil foi não ter matado tanto quanto na do Chile, e referenciando o torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra como seu herói. O Datafolha também indicou que a porcentagem de brasileiros que considerou o trabalho do Congresso Nacional ruim ou péssimo atingiu a marca de 44%, indicando uma piora em relação à última avaliação, de julho de 2021, de 38%. O jornal relembrou que nesse período teve destaque a crise institucional entre Bolsonaro e o Congresso nas discussões sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do voto impresso, na qual foram envolvidas as Forças Armadas. O jornal relatou o ocorrido no dia 10/08/21, quando a PEC foi votada no plenário da Câmara dos Deputados e o presidente decidiu realizar um desfile com veículos blindados da Marinha na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, classificado pelo jornal como uma tentativa de intimidação ao Poder Legislativo, que não aprovou a proposta defendida por ele. A reportagem ainda relembrou que a atitude de Bolsonaro virou piada política, devido à fumaça dos motores a diesel desregulados de alguns dos blindados exibidos. (Folha de S. Paulo - Poder - 19/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 24/09/21)

5- Crise humanitária e a presença militar na fronteira norte brasileira

De acordo com o *Correio Braziliense*, os habitantes de áreas que contam com o apoio de bases militares na região norte do Brasil não têm suas necessidades básicas atendidas, enfrentando falta de médicos, materiais de higiene e alimentos. As Forças Armadas, por meio do programa Calha Norte, atendem 442 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A reportagem do periódico afirmou que a situação da população local foi agravada durante a pandemia e o Exército, apesar de possuir 21 pelotões, uma companhia e um destacamento situados ao longo da fronteira, é incapaz de atender todas as demandas. Em editorial, a *Folha de S. Paulo* ressaltou a situação preocupante da fronteira do Brasil com a Venezuela, especialmente a

cidade de Pacaraima, no estado de Rondônia. O jornal caracterizou o cenário como uma crise humanitária e destacou a insuficiência de contingente e estrutura da Operação Acolhida - comandada pelo Exército - além da precariedade dos serviços municipais e estaduais. Segundo a *Folha*, a região fronteiriça em questão enfrenta a lotação dos abrigos e o aumento do número de migrantes e refugiados em situação de rua. (Correio Braziliense - Brasil - 20/09/21; Folha de S. Paulo - Opinião - 20/09/21)

6- <u>Exército está entre entidades que contrataram serviços de empresas ligadas a garimpos ilegais</u>

De acordo com reportagem do periódico *Folha de S. Paulo*, o governo federal destinou R\$ 124 milhões – R\$75 milhões durante o governo de Jair Bolsonaro – a empresas de transporte aéreo supostamente ligadas à logística de garimpos ilegais localizados em terras indígenas na Amazônia. A maior parte da verba é proveniente do Ministério da Saúde, direcionada com objetivo de garantir a saúde da população indígena, mas outras entidades também fizeram pagamentos em troca de serviços, como o Exército, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O Exército justificou em nota que uma das empresas foi contratada por dispensa de licitação pelo Comando Militar da Amazônia e que "Não consta sanção aplicada à empresa no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas". (Folha de S. Paulo - Ambiente - 20/09/21)

7- <u>Uso pessoal de aeronaves da FAB</u>

Em reportagem, a Folha de S. Paulo afirmou que, de acordo com dados de registros de voos do Ministério da Saúde, o ministro Marcelo Queiroga, acompanhado por sua esposa e seus filhos, assim como por outros parentes e autoridades, utilizou pelo menos 20 voos oficiais de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB), no período de 25/03 a 08/08/21. Procurado pela Folha, o Ministério não informou o motivo da presença de tais acompanhantes ou se estes estavam cumprindo a agenda da pasta. O líder do governo no Senado, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), e o ministro do turismo, Gilson Machado, também foram acompanhados por suas esposas em voos feitos com aeronaves da FAB. O jornal ressaltou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, apesar de ter alterado, no primeiro semestre de 2020, o decreto sobre uso das aeronaves oficiais para, em tese, tornar as regras mais rígidas, também voou acompanhado por parentes em voos pagos com dinheiro público e utilizou aeronaves da FAB para promover aproximação com aliados políticos. No dia 09/09/21, o presidente ordenou que um jato da FAB buscasse o ex-presidente Michel Temer (MDB) em São Paulo. O encontro resultou na elaboração da nota de recuo quanto às ameaças golpistas e desdobramentos das manifestações do dia 7 de setembro. Ademais, o Ministério da Defesa informou que pagou cerca de R\$ 19 mil em diárias, taxas aeroportuárias e alfandegárias para trazer ao Brasil o presidente da Guiné Bissau, Umaro Sissoco Embaló, em avião das Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Poder -20/09/21)

8- <u>General da reserva e ex-ministros da Defesa participaram de evento para discutir frente ampla e a defesa da democracia</u>

De acordo com O Estado de S. Paulo, o general da reserva Carlos Alberto Santos Cruz se encontrou com os ex-ministros da Defesa Celso Amorim, Nelson Jobim e Raul Jungmann, além de Tarso Genro, ex-ministro da Justiça e liderança petista, com objetivo de discutir a democracia no Brasil em debate promovido pelo Instituto Novos Paradigmas. Santos Cruz, condecorado por Tarso Genro enquanto governador do Rio Grande do Sul, é, segundo o jornalista Marcelo Godoy, a aposta política de maior destaque entre militares que não consideram Jair Bolsonaro uma opção viável para satisfazer seus interesses, a fim de construir uma frente que impeça a possibilidade de golpe. O general ressaltou a necessidade do restabelecimento da civilidade para que se atinja o consenso entre as forças políticas. Durante o debate, as eleições de 2022 e a esperada candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva não foram mencionadas. Já Amorim, signatário da carta que condena a política externa do governo Bolsonaro redigida por ex-chanceleres, afirmou que há a possibilidade de construção de frente ampla, visando a retomada da imagem de país democrático e pacífico que o Brasil, segundo ele, possuía. Quanto ao papel das Forças Armadas no governo, Nelson Jobim declarou que os apoiadores de Bolsonaro "querem transformar as Forças Armadas em elemento de entrada na política", enquanto Santos Cruz condenou o fanatismo na política, criticando a percepção das Forças Armadas como poder moderador. Contudo, o general afirmou confiar no não envolvimento destas em uma tentativa de golpe: "As autoridades não vão colocar as suas carreiras, suas famílias, suas instituições e sua história em risco para apoiar qualquer manobra que saia dos limites da Constituição.". (O Estado de S. Paulo - Política - 20/09/21)

9- <u>As controvérsias e dificuldades do projeto de construção do submarino nuclear brasileiro em parceria com a França</u>

Em coluna opinativa publicada no periódico Correio Braziliense, o jornalista Luiz Carlos Azedo evidenciou as controvérsias geradas no cenário internacional, incluindo o desagrado causado nos EUA e Reino Unido, pela parceria feita entre o Brasil e a França para a construção de um submarino nuclear brasileiro. Segundo o jornalista, a decisão de construção desse submarino objetiva "aumentar o nosso poder de dissuasão em águas territoriais" e tem como plano de fundo o petróleo na camada do pré-sal e a Guerra das Ilhas Malvinas, em que a derrota da Argentina pela Marinha Inglesa representou uma ameaça à doutrina de segurança nacional dos países sul-americanos, incluindo o Brasil. De acordo com a coluna, a França forneceu tecnologia para a construção do casco do submarino, mas o reator nuclear foi completamente desenvolvido pela Marinha brasileira. No entanto, apesar dos esforços, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa Nuclear da Marinha (PNM) sofreram, respectivamente, cortes de 31% e 49% em seu orçamento, e para garantir a manutenção do projeto, a Marinha necessita da recuperação de R\$ 267,5 milhões vetados pelo presidente da República Jair Bolsonaro, que seriam destinados ao Prosub. O valor estimado para a construção do submarino nuclear, que será nomeado Álvaro Alberto em homenagem ao almirante que liderou o programa nuclear brasileiro, é de 100 milhões de euros, equivalente, segundo Azedo, ao valor da construção de quatro submarinos convencionais em desenvolvimento pela Marinha, que também enfrenta o sucateamento de sua esquadra e a necessidade de novas fragatas e navios-patrulha, em processo de construção. (Correio Braziliense - Política - 21/09/21)

10- <u>Os reflexos da recusa do presidente Jair Bolsonaro em cumprir a Lei de Acesso à Informação</u>

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* avaliou que a recusa do Presidente da República, Jair Bolsonaro, em cumprir a Lei de Acesso à Informação, que exige transparência do governo com a população, ocorre por motivos políticos e evidencia seu contraditório discurso de proximidade com o povo, se assemelhando "a uma cortina de fumaça". De acordo com o periódico, em 2020, essa postura do presidente foi marcada pela extinção das sessões quase diárias de respostas às perguntas da imprensa, realizadas na época pelo então porta-voz da Presidência da República, o general Otávio do Rêgo Barros. Além disso, em outubro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro desativou o cargo e exonerou o general Rêgo Barros, sem colocar um substituto. (O Estado de S. Paulo - Notas e Informações - 21/09/21)

11- Colunista critica gestão de Augusto Heleno no GSI

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o doutor em economia Pedro Fernando Nery discorreu sobre o conflito geracional entre a média de idade dos brasileiros e a idade dos principais políticos do Brasil. Segundo o colunista, um dos representantes dos "tiozões na política" é o general da reserva do Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que lançou um vídeo afirmando, frente à recorde rejeição do atual governo de Jair Bolsonaro, que este realizou na verdade "inúmeras entregas". Ademais, Nery também comentou sobre os vexames do GSI que incluem o uso de avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para tráfico internacional de drogas e a possível gravação do presidente Bolsonaro no Planalto no caso da Covaxin. (O Estado de S. Paulo - Economia - 21/09/21)

12- Movimento ajuda na dispensa de jovens do serviço militar obrigatório

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o movimento "Livres", entidade liberal que possui campanha contra o serviço militar obrigatório, afirma ter ajudado a "livrar" 573 jovens de se alistarem nas Forças Armadas. Isso é possível, analisou o periódico, devido a uma medida prevista na constituição, que permite a aqueles que alegarem "imperativo de consciência"- isto é, por motivos de crença religiosa, convicção filosófica ou política - exercerem um "serviço alternativo". (Folha de S. Paulo - Colunas & Blogs - 22/09/21)

13- Projeto busca capacitar soldados com cursos técnicos

Conforme o *Correio Braziliense*, o Projeto "Soldado-Cidadão", que busca capacitar soldados para atuar no mercado de trabalho após o serviço militar obrigatório, deu início a uma nova fase em 2021. A capacitação dos soldados, explicou o *Correio*, é feita por meio de diversas opções de cursos técnicos que duram aproximadamente dois meses e buscam ampliar as oportunidades de empregos para os jovens. O projeto, coordenado pelo Ministério da Defesa com apoio das Forças Armadas e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), está em funcionamento desde 2004 no Distrito Federal (DF), e este ano, prevê um aumento no orçamento de cerca de R\$ 4,2 milhões, segundo o periódico. (Correio Braziliense - Cidades - 22/09/21)

14- <u>Depoimento de Wagner Rosário gera tumulto na Comissão Parlamentar de</u> Inquérito

Conforme publicações da Folha de S. Paulo, o depoimento de Wagner Rosário para a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid foi "marcado por provocações, xingamentos, fala(s) machista(s) e um grande tumulto". Rosário, que é capitão da reserva do Exército e atual ministro-chefe da Controladoria-geral da União (CGU), esteve na comissão para tratar sobre o suposto superfaturamento no contrato da Covaxin, do qual teria conhecimento, e seria acusado de prevaricação, explicou o periódico. A confusão, contudo, teve início após o ministro chamar a senadora Simone Tebet de "descontrolada" e afirmar que ela deveria ler os documentos "tudo de novo", informou a Folha. A resposta de Rosário gerou uma "grande confusão", em que os diversos senadores e senadoras defenderam Tebet, e acusaram o ministro de ser "machista", segundo o periódico. Mesmo que o momento de maior tensão tenha sido o "ataque" à senadora, "o depoimento na comissão teve clima quente ao longo do dia", em grande medida, devido ao posicionamento "arrogante" e "altivo" do depoente, como classificaram os membros da CPI. Em suas redes sociais, o ministro pediu desculpas à senadora, e a qualquer um que tenha se ofendido com suas declarações, comentou o jornal. (Folha de S. Paulo - Poder - 22/09/21; Folha de S. Paulo - Poder - 22/09/21)

15- <u>Chefe do Comando Sul dos Estados Unidos falou sobre a politização das Forças Armadas</u>

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o almirante Craig Faller, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos (EUA), divisão do Departamento de Defesa que atua na América Latina e no Caribe, disse considerar os militares brasileiros "apolíticos" e "profissionais", assim como os americanos. Segundo a *Folha*, o almirante realizou sua última visita ao Brasil à frente do Comando do Sul para discutir a cooperação militar com o Brasil, o que inclui acordos, exercícios conjuntos e formação de oficiais. Questionado por jornalistas sobre a politização das Forças Armadas brasileiras, o almirante afirmou que as Forças Armadas dos EUA são apolíticas e leais à Constituição e que "após os encontros com meus homólogos brasileiros, acredito que eles têm a mesma visão sobre o que são militares profissionais". A *Folha* ainda registrou que o almirante afirmou que "o propósito das Forças Armadas é

defender a Constituição, é o nosso juramento. Não é um juramento a qualquer líder". A *Folha* também apontou o contraste entre as falas do almirante e a postura de militares brasileiros. O jornal citou o general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que em maio de 2021 participou de um ato político no Rio de Janeiro em apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro; o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que sob pressão do presidente decidiu livrar o ex-ministro de qualquer punição; e o ministro da Defesa, general da reserva Walter Braga Netto, que também participou de atos políticos a favor de Bolsonaro. (Folha de S. Paulo - Mundo - 24/09/21; O Estado de S. Paulo - Política - 24/09/21)

16- <u>Minissérie retratará expedição envolvendo o então coronel Cândido</u> Rondon na Amazônia

O jornal Folha de S. Paulo divulgou a minissérie em quatro episódios "O Hóspede Americano", que chegará ao Brasil pelo serviço de streaming HBO Max em 26/09/21, com direção de Bruno Barreto e roteiro de Matthew Chapman. A minissérie retrata uma expedição, ocorrida em 1910, que envolveu o então coronel brasileiro Cândido Rondon, vivido por Chico Díaz, e o ex-presidente dos Estados Unidos (EUA) Theodore Roosevelt, interpretado por Aidan Quinn, pelo rio da Dúvida, depois rebatizado como rio Roosevelt, no oeste da Amazônia brasileira. Segundo o jornal, Barreto definiu o apelo dessa história pela complexidade, e também como "um triângulo de amor e ódio entre o poder, a mortalidade e a mãe natureza". O jornal apontou que as figuras centrais da narrativa são marcadas por uma longa lista de contradições. Roosevelt adorava caçar, ajudou a fomentar um movimento separatista colombiano, mas também foi um dos primeiros conservacionistas modernos, e criou algumas das mais importantes reservas naturais dos EUA. Rondon era um militar declaradamente pacifista e não religioso, adepto da filosofia positivista e descendente de indígenas bororos e terenas, buscava uma integração pacífica entre os habitantes originais da Amazônia e os demais brasileiros, no entanto impunha sobre seus homens uma disciplina férrea. O jornal também chamou atenção para a relevância da história diante dos problemas atuais: "Infelizmente, vemos militares brasileiros deixando de lado o respeito que Rondon tinha em relação aos povos indígenas", ponderou Díaz. "Como dois homens que compreendiam a ciência e davam valor a ela, Rondon e Roosevelt certamente ficariam horrorizados com a maneira como ela é ignorada pelos políticos de hoje", afirmou Chapman. (Folha de S. Paulo -Ilustrada - 24/09/21)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as

notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira Laura Meneghim Donadelli (bolsista CAPES- doutorado)

Equipe redação UNESP/Franca

Alice Tomazzetti da Silveira
Gabriela Lopes Ferreira
Juliana Haniu
Leticia Beneves (bolsista CNPq)
Maria Júlia Barbosa Sena Nunes Scandiuzzi
Yuugo Gushiken

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos
Davi Campos Matos (bolsista PIBEX)
Débora Cruz Silva
Giovani Nunes de Aguiar
Giovanna Palas Soares Santos
Grazielly Dourado Santos
Leonardo Pontes Vinhó
Lucas Rizzati Iquegami (bolsista CNPq)
Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima